



EQUIDADE

REMOÇÃO DE OBSTÁCULOS ESTRUTURAIS

Rede de pesquisadores de 16 países mapeia a desigualdade de gênero no ambiente científico e dissemina estratégias para enfrentar o problema

Fabrício Marques | ILUSTRAÇÕES Mayara Ferrão

Um consórcio internacional de pesquisadores está reunindo dados comparativos de 16 países de quatro continentes sobre desigualdades de gênero no ambiente de ciência, tecnologia e inovação (CTI) e vem compartilhando estratégias e boas práticas para enfrentar o problema e mitigar seus efeitos. Coordenado por um grupo da Universidade Politécnica de Madri, na Espanha, o projeto Gender STI teve início em 2020 e já produziu diagnósticos que corroboram a sub-representação feminina em carreiras ligadas à ciência, tecnologia, matemática e engenharia (Stem) em várias nações e mostram as dificuldades encaradas por mulheres para ocupar postos de alta hierarquia em instituições de pesquisa e na liderança de colaborações internacionais.

A rede já se debruçou, por exemplo, sobre o conteúdo de 528 acordos de cooperação na área de CTI celebrados entre 1961 e 2021, que envolviam instituições ou governos de dois ou mais países. Constatou que apenas 15% deles fizeram menção a questões de gênero ou exibiram preocupação com a equidade em projetos de pesquisa apoiados. É certo que esse panorama vem melhorando em anos recentes. Os dados mostraram que, a partir de 2015, esse tipo de referência passou a ser observada com frequência

crescente, embora de uma forma desigual em países analisados. Nações como Canadá, Índia e África do Sul se destacaram pela incorporação de cláusulas favoráveis à inclusão de mulheres em projetos de pesquisa ou pela participação direta de representantes femininas nas negociações diplomáticas que resultaram nos acordos de cooperação. Na Europa, Espanha e Finlândia também se distinguiram – quase 30% dos acordos celebrados faziam alguma menção à equidade de gênero.

Os acordos firmados por Brasil, Argentina e Portugal, entretanto, exibiram pouquíssimo conteúdo relacionado a gênero. Foram analisados, por exemplo, 11 acordos multilaterais envolvendo organizações de ciência e tecnologia do país e nenhum deles fazia esse tipo de referência. Já em 33 acordos celebrados por agências de fomento do Brasil, 5% tinham alguma menção a questões de gênero. A análise dos dados coletados foi complementada com os resultados de um questionário aplicado a 204 pessoas e de 80 entrevistas com pesquisadores e gestores dos países que integram o consórcio.

Um dos focos iniciais do Gender STI foi a chamada diplomacia científica, que é o uso da ciência como um dos braços da política externa. O Horizonte 2020, principal programa científico da Europa, que investiu € 80 bilhões de 2014 a

2020, estabeleceu entre suas prioridades apoiar projetos que promovessem a igualdade de gênero em universidades e organizações de pesquisa do bloco europeu, em particular estimulando mudanças na estrutura das instituições e na forma de financiá-las. Como esse tipo de iniciativa da União Europeia (UE) sempre tem um componente de cooperação entre países do bloco e de fora dele, viu-se a necessidade de analisar eventuais assimetrias no combate a disparidades de gênero entre parceiros e buscar estratégias comuns para enfrentar o problema. “A Europa é pioneira nessa temática. A inclusão de mulheres em equipes negociadoras de acordos internacionais é mandatória na União Europeia”, explica a cientista política Janina Onuki, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) e do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo (USP). Onuki lidera a participação brasileira no consórcio, por meio de um projeto temático financiado pela FAPESP desde 2020, no âmbito de um acordo de cooperação com a UE. Do lado europeu, a rede tem participantes de instituições da Espanha, da Finlândia, da Itália, da Áustria, da França e de Portugal. Eles dialogam com parceiros de países de outros três continentes: Canadá, Estados Unidos, México, Brasil, Chile, Argentina, África do Sul, Índia, Coreia do Sul e China.

Outra tarefa assumida pelo Gender STI foi reunir estudos e estatísticas sobre disparidades de gênero disponíveis a fim de comparar a realidade dos países. A sub-representação feminina na ciência é um problema comum a praticamente todas as nações. Dados de 2022 indicam que são mulheres menos de 30% dos pesquisadores em países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne 38 nações entre as mais industrializadas. Embora o interesse de estudantes do sexo feminino em ingressar em carreiras das áreas Stem venha aumentando, o ritmo do crescimento é muito baixo e incapaz de projetar um equilíbrio em um horizonte próximo.

A dificuldade de alcançar postos de liderança em instituições científicas é outra realidade palpável e resistente. “Me orgulho de trabalhar em um grupo de pesquisa em que os postos de liderança são ocupados majoritariamente por mulheres. Mas a maioria das reuniões e atividades de que participo, tanto em projetos europeus quanto em comitês científicos e em conferências, é desequilibrada em todos os aspectos”, afirmou Maria Fernanda Cabrera, pesquisadora da Universidade Politécnica de Madri e uma das coordenadoras do Gender STI, de acordo com o site da universidade.

A socióloga Alice Abreu, professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro,

observa que a discussão sobre a equidade de gênero na ciência não é nova, mas mudou de eixo em tempos recentes. “No lugar de enxergar a mulher como o problema principal e sugerir iniciativas para que elas obtenham qualificações necessárias, passou-se a uma compreensão de que a diversidade é fundamental para a atividade científica e uma mudança em estruturas institucionais é a única forma de alcançar a igualdade de gênero na ciência”, disse em outubro do ano passado durante uma conferência que reuniu os participantes do Gender STI, em Madri.

Entre os dados compilados sobre o meio acadêmico brasileiro, há um estudo realizado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), segundo o qual apenas 35,3% das 16.048 bolsas de produtividade em pesquisa oferecidas em 2021 eram destinadas a mulheres, com uma diferença ainda mais acentuada em cursos de ciências exatas e da Terra (apenas 22,1% das bolsas para o sexo feminino) e engenharias (23,3%). Em ciências humanas e ciências biológicas, o equilíbrio parece próximo, com, respectivamente, 48,7% e 45,8% das bolsas para mulheres. As bolsas de produtividade são uma modalidade de apoio que recompensa cientistas com desempenho destacado (*ver Pesquisa FAPESP n° 311*). Outro dado importante é o tempo que as mulheres demoram para concluir o doutorado, também segundo o CNPq: 4,3 anos em média para obter o título, enquanto os homens levam 3,8 anos. A maternidade e a dupla jornada de trabalho são explicações para o fenômeno.

Em um dos trabalhos publicados, Janina Onuki e Gabriela Ferreira, que faz pós-doutorado no projeto temático, analisaram dados da FAPESP e constataram que, nas primeiras seis décadas de trajetória da Fundação, as mulheres foram apenas 8% dos membros do Conselho Superior da Fundação – atualmente, um terço do conselho, com 12 membros, é composto por mulheres. Os conselheiros são indicados por universidades e instituições científicas e pelo governo estadual e nomeados pelo governador para cumprir mandatos fixos. Outro dado foi o de menções a questões de gênero nos textos de acordos interna-

MATERNIDADE E JORNADA DUPLA FAZEM COM QUE AS MULHERES DEMOREM MAIS TEMPO QUE OS HOMENS PARA CONCLUIR O DOUTORADO NO BRASIL



cionais celebrados pela FAPESP: houve referências desse tipo em 2% dos acordos analisados.

No final de 2022, a Assessoria Científica da FAPESP passou a contar com uma Coordenação de Programa para assuntos relacionados à Equidade, Diversidade e Inclusão (EDI), incumbida de aperfeiçoar processos internos e remover obstáculos, associados a gênero, etnia ou origem, que atrapalhem o desenvolvimento de pesquisadores talentosos e qualificados. “Esse tipo de preocupação vem se tornando comum no mundo inteiro e está presente em praticamente todos os países estudados”, diz Onuki. “Muitas agências de fomento à ciência, tecnologia e inovação têm criado comitês ou comissões em sua estrutura decisória que abordam não somente a equidade de gênero, mas a diversidade de modo abrangente.”

Atualmente, o Gender STI está em sua segunda fase, na qual cada país participante, agora conhecendo sua situação em relação aos demais, busca produzir análises e reflexões sobre como melhorar a igualdade de gênero de forma mais ampla. “A presença das mulheres, tanto na academia quanto na diplomacia, vem aumentando, mas é notável como elas ainda encontram entraves de ascensão na carreira”, observa Onuki. “Queremos entender por que isso acontece e já sabemos que o problema não se resolve apenas ampliando oportunidades.” Segundo ela, há também componentes subjetivos. “Existem situações na carreira em que as mulheres simplesmente abrem mão de

disputar espaço com os homens, por considerarem o ambiente desfavorável ou que o esforço não compensa”, afirma a cientista política, que está entrevistando pesquisadoras no Brasil que alcançaram o topo da carreira para compreender melhor essas variáveis.

O consórcio identificou um conjunto de boas práticas para promover a equidade. No caso dos acordos científicos bilaterais e multilaterais, um exemplo é o estabelecimento de cláusulas e a definição de metas que persigam a igualdade de gênero em projetos contemplados e na distribuição de recursos, e exijam a presença de mulheres nas negociações entre parceiros. A criação de unidades de aconselhamento de gênero em organizações científicas e acadêmicas também está entre as recomendações – há instâncias como essa tanto na Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento das Nações Unidas quanto em entidades da comunidade científica, como a União Internacional da Cristalografia.

Outro exemplo de boa prática é o compromisso de produzir dados e indicadores desagregados por gênero que ajudem a acompanhar e combater disparidades – na 25ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática, realizada em 2019 em Madri, a equidade de gênero na participação das delegações foi avaliada não apenas pelo número de homens e mulheres presentes, mas também pela contagem do tempo durante o qual representantes dos dois gêneros puderam discursar. A oferta de programas de mentoria, em que as mulheres possam aconselhar outras mulheres na carreira científica, figura entre as boas práticas – outra modalidade de mentoria se destina a tomadores de decisão, para que se sensibilizem a buscar o equilíbrio de gênero. As políticas de ação afirmativa em universidades brasileiras são mencionadas entre as boas práticas, assim como o esforço de uma organização estatística não governamental da Argentina para oferecer informações desagregadas por gênero.

A vigilância sobre a incidência de casos de assédio sexual no ambiente acadêmico é, igualmente, um tema emergente. Países como França e Irlanda lançaram iniciativas para combater a violência de gênero em instituições universitárias e de pesquisa.

O conhecimento produzido pelo consórcio deu origem ao Observatório Europeu de Gênero em Ciência, Tecnologia e Inovação (www.gender-sti.org), que também busca conectar iniciativas de diferentes instituições. “Nos próximos meses, vamos inaugurar um observatório nos mesmos moldes aqui no Brasil com os estudos que produzimos sobre a realidade do país”, diz Janina Onuki. ■

O projeto consultado para esta reportagem está listado na versão on-line.